

• DESTAQUE



DA ESCOLA RURAL À UNIVERSIDADE

João Teodoro d'Olim Marote*

Lembra-me, quando jovem estudante, em Curitiba, Paraná, ter ouvido a seguinte anedota. Um célebre político, ao que me consta, governador daquele Estado, certa feita, num encontro de prefeitos e políticos de determinada região, cansado de ouvir os intermináveis discursos, quando o locutor oficial anunciou “Agora, com a palavra, o Senhor Governador!”, levantou-se, dizendo:

– “Me deram a palavra e eu guardo *ela*.” E sentou-se novamente. Ninguém mais falou.

Convidado pela Prof^a Maria Thereza Martinho Zambonim a escrever para este número da revista, não farei como aquele político, a um tempo autêntico e folclórico. Agradecido e honrado, vou tentar, da melhor forma ao meu alcance, corresponder à nímia gentileza do convite.

Na esteira do ilustre colega, Prof. Dr. Ariovaldo Augusto Peterlini, que, no número anterior, brindou a todos com brilhante depoimento sobre sua carreira de professor e pesquisador, com destaque para a parcela de sua vida transcorrida no Mackenzie, seja-me permitido tecer, aqui, simplesmente, a crônica da minha vida de professor.

Graças ao bom Deus, estou um septuagenário bem vivido e, de certa forma, realizado. Tal qual o poeta Camões, eu, também, poderia repetir:

*E a nossa vida escassa
Foge tão apressada,
Que quando se começa é acabada. (p.255)*

No entanto, não maçarei os leitores com as minhas “Memórias”. O relato

* Professor titular (aposentado) do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e professor assistente doutor (igualmente aposentado) do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma Universidade.

da minha vida particular, por certo, não empolgaria ninguém. Quiçá, nem meus filhos, netos, descendentes e parentes.

A quem interessar possa, farei um breve retrospecto da minha humilde formação escolar e carreira acadêmica. Desfiando fatos de que fui protagonista ou testemunha, terei o pretexto e o *leitmotiv* para trazer à baila pormenores que dizem respeito, direta ou indiretamente, à Educação no Brasil, a cada época. De outra forma, talvez ficassem desconhecidos ou esquecidos. Em suma, como diz Le Goff (1986, p.2), “a História por toda parte, acima de tudo e para todos”. Acompanhando a história (não a *estória*, vocábulo horroroso, calcado, sem razão nem necessidade, no inglês *story*), a elocução exigirá algumas pinceladas de cor local, o necessário *décor*, como dizem os franceses, e, de mistura, acrescentarei algumas reflexões ou opiniões pessoais.

Dou início, pois, à minha narrativa em 1932, ano que antecedeu a minha escolarização. Vivia eu com minha família numa fazenda situada no litoral norte de São Paulo, entre Caraguatatuba e São Sebastião, a Fazenda dos Ingleses. Era uma fazenda produtora de bananas e laranjas, para exportação, pertencente a uma firma inglesa.

O terreno era plano, recortado pelo Rio Juqueriquerê. Pouco antes da foz, os ingleses haviam construído um porto – Porto Novo – onde atracavam as lanchas da Companhia, levando a reboque imensos chatões, rumo a Santos. Por toda a fazenda, havia luz elétrica própria e telefone particular. Nos raros morros salpicados aqui e acolá, os ingleses haviam construído para si verdadeiros palacetes cercados de jardins muito bem cuidados. Havia até um chalé para os solteiros no topo de uma dessas elevações. Lembro-me de um morro de nome Indiaraquara, onde moravam Mr. Veightch (não garanto a grafia) e Mr. Van Vern (*idem*).

O transporte, dentro da fazenda, era feito por locomotivas diesel ou caminhões com rodas para trilhos, que puxavam os vagões repletos de cachos de banana ou caixas de laranja. Os operários andavam a pé. Quando a trabalho, iam de trole, pequeno carro descoberto, com plataforma e quatro rodas, que andava sobre os trilhos e era movido por eles, de pé, por meio de varejões. Os ingleses também tinham troles, só que com dois bancos de madeira, motor a gasolina e conduzidos por motorista particular. Cruzavam, assim, a fazenda de ponta a ponta, até o sopé dos morros onde moravam e de lá subiam até suas casas, de automóvel. Meu pai, operário especializado em carpintaria civil e naval nos EUA, era um empregado categorizado da Companhia. Por sorte, coincidência ou a instâncias dele, os ingleses abriram uma escola, destinada aos filhos dos empregados da firma. Os filhos dos ingleses iam estudar na Inglaterra ou vinham para o Internato do Mackenzie (já naquela época ouvi esse nome pela primeira vez).

A nova escola, localizada na fazenda, no bairro do Queixo d’Anta e rotulada pela Secretaria de Educação como “Escola Rural em lugar de difícil acesso”, começou a funcionar no ano seguinte, 1933, tendo como primeira professora uma linda moça de seus vinte e poucos anos, D. Lia Cidade Varella (todos os alunos acham linda a sua primeira professora, mas ela era, de fato, linda). Eu fui um dos felizes alunos da primeira turma dessa professora e dessa escolinha, vale dizer, primeiro ano primário

direto. Por outras palavras, não fiz nem jardim, nem pré, muito menos, maternal. Meu maternal foi junto à minha mãe e minhas irmãs. Meu jardim foi no jardim de minha casa, com arco de madressilva no portão e canteiros de dalias, roseiras, girassóis e cravos-de-defunto, com buxo ou periquito à volta. Meu pré foi correr a cavalo e andar a pé, solto, pelos laranjais e pelas picadas que cortavam o mato. Foi trepar em goiabeiras, balançando-as feito navios (os meus navios!) e mordendo goiabas verdoengas. Foi, ainda, brincar à margem do Rio Juqueriquerê, pescando lambaris ou tomando uma canoa “emprestada” e remando até as ilhotas para apanhar parasitas (era assim que se chamavam as orquídeas). Foi, finalmente, fazer alçapões para apanhar passarinhos e estilingues e bodoques para matá-los, mas soltando a todos e, graças a Deus (digo hoje), nunca matando nenhum.

A escola ficava a alguns quilômetros distante da minha casa, mas acordava cedo para lá chegar a tempo (8 horas da manhã). Ia a pé, com o estojo escolar e os cadernos debaixo do braço e o lanche num saquinho a tiracolo, enquanto não tive mala (naquela época não havia merenda escolar, cada um levava o que tinha: pão com queijo, com mortadela, com manteiga, com pão mesmo, ou até virado). Com sol ou com chuva, nunca perdi uma aula sequer. No início, ia de botinhas; mais tarde, pendurava-as numa vara de guapuruvu para me igualar aos demais, que andavam descalços. No primeiro ano, sentava-me na primeira fila, depois, fui passando de ano e de fila; tanto fazia, porque o primeiro, o segundo e o terceiro anos funcionavam concomitantemente, na mesma sala. Não sei como a professora dava conta. Milagre da pedagogia e/ou do amor à profissão e às crianças? Não sei.

Às vezes eu me pergunto: “Como é que eu fui alfabetizado?”. Em tempos de construtivismo, talvez devesse corrigir a pergunta para: “Como é que eu me alfabetizei? ou, ainda, “Como é que a professora mediou o meu letramento?”. Se a minha introspecção funciona, parece que a professora seguia o método de orientação sintética, processo alfabético, ou seja, a partir das letras aos respectivos sons, às sílabas, às palavras e às frases. Mas não importa. O fato é que, ao cabo do terceiro ano, estava eu alfabetizado, ou, como se dizia na época, já sabia ler, escrever e contar. A professora chamou, então, meu pai e o aconselhou a me fazer prosseguir nos estudos, isto é, fazer o quarto ano e o admissão, para cursar o ginásio (apesar do acordo ortográfico de 1931, entre Brasil e Portugal, alguns ainda escreviam *gymnasio*). Teria, então, que ir para um colégio interno, em Santos ou São Paulo. Meu pai prometeu pensar no assunto...

Dias depois, o superintendente da Companhia, Mr. Veightch, que me conhecia de vista, seja por me dar carona, de vez em quando, em seu trole ou em seu carro, seja por me ver no jóquei da fazenda, carregando os tacos de golfe para algum inglês, mandou-me chamar ao escritório, me fez uma verdadeira sabatina (leitura de um pequeno texto e algumas operações fundamentais) e, ao final, perguntou se eu não queria trabalhar no escritório. Claro que sim, respondi exultante: daí em diante, pensei, teria dinheiro no bolso para o cinema, para o sorvete, para comprar um cinto que me livrasse, a um tempo, das calças curtas e do bendito suspensório e, sobretudo, para garantir o meu cigarrinho e fumar escondido (nunca

fumei na vida, até hoje). Ato contínuo, o inglês mandou chamar meu pai e comunicou-lhe suas intenções a meu respeito. Meu pai, sem precisar pensar muito, respondeu (em inglês que eu traduzo): “Obrigado, mas o Johnny vai continuar seus estudos, vai fazer o ginásio”. Estabeleceu-se, então, entre os dois um diálogo que eu resumiria assim:

O inglês: – “Ginásio?! Pra quê? Para aprender latim, francês e outras coisas inúteis que não servem para nada?”

Meu pai: – “Não sei se servem ou não servem, mas saber não ocupa lugar!”

Abençoadas palavras de um verdadeiro sábio, embora sem muito estudo. Nunca tive ocasião nem lembrança de agradecer condignamente a meu pai por esse gesto, essas palavras e, sobretudo, pelas atitudes e ações firmes daí decorrentes. Mas hoje eu rezo baixinho e digo do fundo da minha alma: “Pai, se lá no assento etéreo aonde o senhor subiu lhe é permitido ver e ouvir este seu filho, ainda vivo (ou ainda mortal), receba, de mistura com a expressão do meu maior carinho e amor filial, o meu eterno agradecimento e louvor pela coragem”. Dirá alguém: Coragem, por quê? Porque, naquela época, um operário precisava ter muita coragem, e muito espírito de sacrifício para dar estudo a um filho, em vez de pô-lo a trabalhar para ajudar nas despesas da casa. Naqueles tempos, o ditado “Filho de peixe, peixinho é” repetia-se, também, nessa hora: “Filho de operário, operário será”.

Meu pai não pensava assim e, naquelas férias, fomos, de lancha, para Santos (a viagem durava uma noite e mais algumas horas do dia seguinte) à procura de um colégio interno. Depois de muito andar e procurar, meu pai acabou me matriculando no internato do Ginásio Luso-Brasileiro. Nesse ano, cursei o quarto ano e o admissão.

Desse ano de internato, quero destacar dois pontos. Primeiro, um depoimento de ordem geral, a saber: O Dr. Gervásio Bonavides, juiz de Direito (que me lembre, juiz da Vara de Menores), conduzia, como um verdadeiro pai, aquele internato, no qual ele vivia com sua família e vivíamos todos nós como filhos, num ambiente seguro e sadio. Segundo, durante o ano, fui acometido de sarampo e, por isso, recolhido por no mínimo duas semanas ao Hospital do Isolamento. Esse isolamento da escola e dos estudos, do quarto ano e do curso de admissão, causou uma tal defasagem em meu aprendizado que se prolongou por toda a minha vida escolar: perdi pontos essenciais (ou tidos como tais), principalmente em Matemática – números decimais, frações, porcentagens –, que nunca recuperei devidamente, apenas convivi com as minhas lacunas, não sem um pequeno complexo de inferioridade (aluno fraco em Matemática era, ou ainda é, julgado pouco inteligente e ele mesmo acabava aceitando essa pecha).

No ano seguinte, tendo sido fechado o internato, meu pai pediu demissão de seu emprego na fazenda, em que, além do salário, tinha moradia, água encanada, luz e lenha para o fogão, e foi procurar emprego em Santos (que herói!), matriculando-me na primeira série ginásial do externato daquele mesmo colégio.

Os professores do ginásio eram todos autodidatas, quase todos advogados, mas muito competentes. Naquela época, só os professores primários tinham uma formação específica, nas Escolas Normais. Não

havia escola de formação de professores, nem para o ensino secundário nem para o ensino superior. Os professores para esses níveis eram recrutados seja no magistério primário seja entre os integrantes das várias profissões: advogados, médicos, sacerdotes etc. É que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, fundada em 1934, com o objetivo explícito da formação de professores para atuarem no ensino secundário, ainda não havia formado a sua primeira turma. Vigorava, então, entre o professorado do ensino secundário, o autodidatismo, com prevalência do conteúdo e, na didática, por falta de fundamentação psicopedagógica, uma gama de posições entre dois extremos: a rotina e a improvisação (aliás, ainda hoje ocorre o mesmo). Terminada a primeira série ginásial, deslumbrado com o garbo dos alunos do Ginásio Santista, que desfilavam impecavelmente pelas ruas de Santos, como se fossem cadetes de alguma escola militar, pedi a meu pai que me transferisse para essa escola e ele (não sei como nem por quê) atendeu a meu pedido.

No ano seguinte, 1938, estava eu matriculado no Ginásio Santista (dos irmãos Maristas), tendo, além das matérias do currículo, aulas de catecismo, reza, missa obrigatória aos domingos e... nos feriados, desfile com o belo uniforme branco, com botões dourados, cinto e talabarte de couro e quêpe azul, ao estilo militar. Os professores, todos padres (na realidade, irmãos Maristas), do ponto de vista de formação pedagógica, eram professores primários, além de religiosos e catequistas. De modo geral, eram bons professores, isto é, para os padrões da época, ensinavam bem. Pudera! Cada um deles dava, no máximo, quatro aulas por dia; o restante do tempo era consagrado ao estudo (preparação das aulas) e à oração. Não sei se fui seduzido (ou iludido) por esse ambiente sério de oração e de trabalho ou se pelas sotainas pretas e *rabat* de celulóide branco ao peito, o fato é que, justo eu, moleque que vivia livre e solto por toda a bela cidade de Santos (a praia, o centro e o porto), disse a meu pai que desejava ir para o Seminário (que ingratidão a minha para com a minha família...). Meu pai e minha mãe, com lágrimas nos olhos e os corações em pedaços, conformados, deram o seu consentimento e lá fui eu para a Casa Mãe dos Maristas, em Mendes, Estado do Rio (perto de Barra do Pirai).

Em Mendes, refiz a terceira série (por imposição dos padres) e fiz a quarta série paralelamente aos cursos religiosos (postulantado, noviciado), e, ao chegar ao escolasticado, a minha turma foi transferida para a cidade de Curitiba. Quanto à formação dos meus professores nessas Casas de Formação, nada de novo a acrescentar. Apenas que a vida lá dentro se pautava pelo lema "*Ora et labora*" e pela busca da qualidade, em tudo: reprovação, repetição de ano, nem pensar! Diante disso, eu lá teria ficado para sempre e perpetuado os meus votos de "pobreza, castidade e obediência", não fossem o meu sangue latino e a minha rebeldia contra o autoritarismo. Num momento de crise existencial, um dos padres se achegou a mim e disse: "É melhor ser um bom cristão do que um mau padre". Essas sábias palavras, na hora adequada, foram o bastante para esquecer toda a minha "vocação" (seria mesmo um chamado de Deus?). Assim sendo, saí da congregação, voltei para o "mundo" e vim para São Paulo.

A partir daí, completei o colegial e ingressei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, no curso de Letras

Neolatinas. Durante os quatro anos do curso, para sobreviver, eu dava aulas particulares ou em cursos de Madureza.

Em 1950, já licenciado, comecei a lecionar, como professor contratado, no Colégio Estadual “Antônio Firmino de Proença” e no Liceu Acadêmico “São Paulo”. Naquela época, só com diploma e registro no MEC era possível lecionar em qualquer escola sob inspeção federal.

Em 1951, prestei concurso de ingresso ao magistério secundário oficial, em duas disciplinas – Português e Francês –, e, tendo sido aprovado nas duas, fui nomeado professor efetivo de dois colégios estaduais (de Amparo e de Socorro). Com dois salários mensais, em poucos meses, comprei um carro importado, sem financiamento; naquela época, professor de colégio estadual ganhava bem! Nesse mesmo ano, fui posto à disposição do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, como professor de Português do “Curso de Formação de Professores” (alguns até murmuraram de inveja: “Hum, professor de Amparo e Socorro, amparado e socorrido na capital!”...). Terminada a missão de que fora incumbido, reassumi os meus cargos no interior e de lá só saí removido por concurso para a capital.

Em 1959, tendo a Universidade de São Paulo criado o seu Colégio de Aplicação, concorri ao cargo de professor de Francês e fui aprovado. A partir daí, começou o meu interesse pelo trabalho com a formação de professores. É que o então professor titular de Didática Geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e diretor pedagógico do Colégio de Aplicação, Prof. Onofre de Arruda Penteado, decidiu fazer dos professores da escola seus assistentes, na respectiva Didática Especial.

Professor da Universidade, fui contemplado com uma bolsa de estudos do governo Francês, no ano universitário 1961/1962, voltando ao Brasil com um “Certificat d’Etudes Supérieures en Grammaire et Philologie Françaises”. Esse diploma estrangeiro abriu-me as portas de mais duas universidades: a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1964 a 1986) e a Universidade Mackenzie (1967 a 1983). Desse duplo e honroso mister, só me afastei para dedicar-me exclusivamente às minhas funções na Universidade de São Paulo, àquela altura, professor de Lingüística na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e de Prática de Ensino de Francês, Espanhol e Italiano na Faculdade de Educação. Nesta, em particular, além de professor, quis a bondade de meus colegas eleger-me, sucessivamente, para chefe do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada e vice-diretor da Faculdade. Aliás, antes que a aposentadoria me atingisse por completo, a egrégia congregação ainda me honrou com um voto de confiança, nomeando-me diretor da Escola de Aplicação.

Após 46 anos de serviço, eis-me aposentado, não por vontade própria, mas pela “compulsória”. Os nossos políticos colocaram na Carta Magna a aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade, mas para os outros; eles podem ser deputados, senadores, governadores e presidente da República, com qualquer idade.

Hoje, distinguindo educador de simplesmente professor, as palavras que eu cantava outrora, pensando no sacerdócio religioso, só me resta dizê-las, com igual fervor, tendo em mente um outro sacerdócio, o da educação no Brasil:

*Mitte Domine operarios in messem tuam.
Mensis quidem multa operarii autem pauci.*

São Paulo, 30 de abril de 2001.

Referências bibliográficas

- CAMÕES, L. V. Ode IX, "Da brevidade da vida". In: FORTES, A., SAMPAIO, A. F. de. *História da Literatura Portuguesa*, 2ª parte – Antologia. Lisboa: Livraria Franco, s. d., p.255.
- LE GOFF, J. et al. *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1986.

